

XXII Encontro APHES

Aveiro, 15-16 de Novembro de 2002

Os economistas da FEP: Formação e percursos profissionais

António Almodovar (CEMPRE / FEP)

Maria de Fátima Brandão (CEMPRE / FEP)

Joaquim da Costa Leite (DEGEI - UA)

1. Introdução.

Esta comunicação parte de um desafio que nos foi colocado pelo Joaquim da Costa Leite, e que não pudemos recusar. Devido à proximidade do cinquentenário da FEP, vínhamos trabalhando num levantamento de vários aspectos relacionados com a história desta Escola, tendo já efectuado um conjunto de entrevistas¹, gravadas com o Professor Manuel Duarte Baganha entre Julho e Outubro de 2000. No âmbito deste projecto inicial, que ainda pretendemos levar a cabo, estavam previstas outras entrevistas, a realizar com antigos professores e alunos da FEP, por forma a reconstituir a memória de todo um conjunto de trajectos e de situações que, quanto a nós, constituem um aspecto relevante para a elaboração de uma história da FEP.

Graças à intervenção e ao entusiasmo do Joaquim Costa Leite, este projecto ganhou novos contornos, e simultaneamente, uma nova urgência. Para melhorar o enquadramento dos testemunhos individuais, e de modo a podermos identificar eventuais padrões no percurso profissional seguido pelas sucessivas gerações de licenciados da FEP, foi acordado entre nós a elaboração de um inquérito, a ser aplicado ao universo constituído pelos membros da Associação dos Antigos Alunos da FEP.

¹ Realizadas em colaboração com Graça Maciel Amaro.

O que nos encontramos a apresentar aqui hoje, representa portanto um resultado parcelar de uma reflexão que foi efectuada sobre materiais diversos, que foram originalmente recolhidos com um outro fim.

Assim, na fase inicial em que este trabalho actualmente se encontra, o mais que podemos pretender é apresentar algumas hipóteses de trabalho relativamente às principais etapas históricas da formação e do percurso profissional dos licenciados pela FEP desde a sua criação.

E, obviamente, pretendemos também beneficiar das sugestões e comentários que esta apresentação possa suscitar.

2. A formação superior em Economia.

O diploma de criação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto de 28 de Maio de 1953 referia expressamente o objectivo de implantar no Norte uma escola que pudesse formar os economistas de que a região necessitava. Dava-se assim satisfação a anseios longamente manifestados pelos mais diversos sectores da região², que pelo menos aparentemente convergiam na vontade de estimular o desenvolvimento de formações de nível superior alternativas às que tradicionalmente podiam ser obtidas no campo do Direito e da Engenharia³, e pretendiam igualmente evitar os custos inerentes a uma eventual deslocação dos estudantes para Lisboa – onde o ISCEF atravessava uma fase de renovação e de afirmação, na sequência da reforma que em 1949 aí criou os novos cursos superiores de Economia e de Finanças.⁴

² A criação da Faculdade de Economia fora precedida de um movimento de opinião, com uma comissão promotora e artigos nos jornais —em editorial de 9 de Maio de 1953 o *Jornal de Notícias* afirmava ser “um dos órgãos jornalísticos que mais pugnaram por essa conquista”—e apesar de ser por vezes apresentada como uma “antiga aspiração dos portuenses” tinha uma importância regional. Entre as diversas entidades que se congratularam com a nova faculdade, contava-se o Grémio do Comércio de Braga; vd. *Jornal de Notícias*, 11 de Maio de 1953, p. 2.

³ De acordo com Maria de Lurdes Rodrigues (1999), os engenheiros vinham efectuando uma «ofensiva» desde 1927 no sentido de promover a sua afirmação no seio da sociedade portuguesa, tendo alcançado os seus objectivos precisamente entre o final da 2ª Grande Guerra e 1974.

⁴ A criação da Faculdade de Economia, geralmente aplaudida, não deixou de suscitar algumas rivalidades e dificuldades, mesmo dentro da Universidade do Porto. É interessante e sugestiva a carta de 9 de Setembro de 1952 dirigida a Salazar pelo antigo Ministro da Economia Daniel Barbosa, natural do Porto e licenciado pela Faculdade de Engenharia, sobre a possibilidade de o grupo das Ciências Económico-Sociais transitar daquela para a nova Faculdade de Ciências Económico-Financeiras; vd. Fernando Rosas, Rita Carvalho e Pedro Aires Oliveira, orgs, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano: Correspondência política, 1945-1966* (2002) doc. 87, pp. 195-9.

A *a priori*, este primeiro objectivo parece ter sido de concretização relativamente fácil e rápida. Face aos números disponíveis, pode dizer-se que a FEP não teve qualquer dificuldade em recrutar alunos no distrito e na região, uma vez que ao longo dos quatro primeiros anos de funcionamento da nova licenciatura – antes, portanto, de chegarem ao mercado de trabalho os seus primeiros licenciados – nela se matricularam 673 alunos⁵.

No mesmo diploma era igualmente mencionada⁶ a vontade programática de criar uma escola capaz de formar «não só técnicos competentes» para dar resposta às necessidades das empresas da região, «como também uma *elite* de economistas aptos a ocupar, pela sua preparação científica, as situações de mais alta responsabilidade em organizações vastas e complexas»⁷. Ora aqui já não é tão claro o sucesso desta iniciativa – e nem sequer é claro que tivesse existido uma real convergência de perspectivas sobre o sentido a atribuir às noções de «técnicos competentes» e «elite de economistas».

De facto, o sentido a atribuir a estas duas noções – e ao papel a ser idealmente desempenhado pelos «técnicos» e pelas «elites» – remete-nos para uma complexa discussão que podemos rastrear quase até aos inícios do século XIX, mas que naturalmente enquadra a situação particular da FEP. De uma forma necessariamente simplificada, mas suficiente para os fins aqui em vista, podemos dizer que a afirmação dos novos cursos superiores em Portugal se fez em grande medida à custa de um duplo movimento. Primeiro, conquistando um espaço até aí ocupado quase em exclusivo pelas formações em Direito e Teologia, que tradicionalmente se encarregavam da formação da maior parte das elites dirigentes – isto apesar de, segundo as vozes mais críticas, tais escolas poderem ser consideradas responsáveis por lançar anualmente no seio da sociedade portuguesa uma verdadeira legião de bacharéis à procura de um qualquer emprego. Depois, à custa de um processo de

⁵ Cfr. Carlos Gonçalves (1998:773).

⁶ Decreto-Lei nº. 39226, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1º semestre, Lx, Imprensa Nacional, 1956, p.705.

⁷ Desde o início pode-se notar a tensão existente entre uma vertente mais técnica e uma vertente mais política na formação de economistas. Convém por isso não esquecer que a constituição do plano de estudos, onde o Direito coexistia com a Contabilidade, não era uma mera réplica do plano de estudos do ISCEF, antes traduzindo uma adaptação às aspirações técnicas e políticas da região Norte, que, no seguimento do projecto de participação política iniciado por Ferreira Borges, pretendia formar portavozes qualificados, capazes de arguir os seus próprios interesses aos mais diversos níveis de decisão.

permanente desvalorização social das formações intermédias, mais claramente vocacionadas para a formação de quadros puramente técnicos⁸.

De acordo com o primeiro aspecto, as estratégias destinadas a assegurar a afirmação social dos novos cursos superiores (Economia, e sobretudo Engenharia) apontavam sistematicamente no sentido de salientar a relevância nacional e o carácter científico e humanístico⁹ das formações ministradas, a sua capacidade de formar um novo escol de líderes e de agentes de desenvolvimento nacional, relegando naturalmente para um plano mais secundário o papel curricular das componentes mais técnicas e práticas, que seriam ministradas – ou partilhadas – pelos níveis intermédios constituídos pelos Institutos Industriais e Comerciais¹⁰.

Ora devido à gradual perda de prestígio destas formações intermédias¹¹, aquilo que poderia ser visto como um problema de desejável articulação e proporcionalidade entre dois tipos de formações/ocupações distintas, transformou-se gradualmente num problema novo, isto é, na necessidade de encontrar um equilíbrio, nem sempre fácil de alcançar, entre a transmissão de uma componente técnica e a preparação própria de uma elite no seio de uma única formação.

Assim, face às dificuldades em efectivar um sistema de ensino devidamente articulado em vários níveis, orientado por uma clara separação de funções e competências profissionais, acabou por se avançar pragmaticamente no sentido de procurar assegurar uma formação superior híbrida, deixando em grande medida ao cuidado dos estudantes e às organizações profissionais a posterior definição do seu espaço ocupacional¹².

No campo relativamente recente dos altos estudos económicos e financeiros, nomeadamente a partir da reforma do ISEG de 1949, esse carácter híbrido era

⁸ De acordo com Maria de Lurdes Rodrigues (1999:103-104), o crescimento do número de engenheiros à custa de uma diminuição dos quadros médios levou à constituição de uma estrutura profissional em que o número de dirigentes «passou a ser largamente superior ao dos seus ‘subordinados’».

⁹ Construindo assim o que Maria de Lurdes Rodrigues (1999:119) designa como uma ‘utopia tecnocrática’.

¹⁰ Essas componentes, nomeadamente no caso da Engenharia, não eram pura e simplesmente descuradas. Tratava-se, isso sim, de as articular, subordinadamente, a um vector de formação adicional e mais nobre. Dito de uma forma simplificada, um Engenheiro teria forçosamente que saber mais – e não apenas ter um saber diferente – que um agente técnico ou um capataz. Um Economista, teria igualmente que saber mais que um Contabilista ou um Agente Comercial.

¹¹ Que no caso dos estudos comerciais nunca conquistou uma adesão significativa por parte dos empregadores (cfr. Caetano Beirão da Veiga:1934,22 e 24).

construído com base na coexistência de uma componente reforçada de teoria económica com uma componente mais ou menos desenvolvida de Contabilidade, mantendo naturalmente o Direito um peso considerável. E, a esta base, acrescia um núcleo de disciplinas da área da Matemática, com particular destaque para a introdução de uma disciplina de econometria em finais da década de sessenta nos cursos de licenciatura em Economia¹³. A demarcação face aos estudos económicos e administrativos que continuavam a ser efectuados no âmbito das escolas de Direito fazia-se, portanto, através de um reforço da componente analítica, relegando para um plano mais discreto a importância atribuída à componente doutrinal que caracterizava a Economia Política e os debates entre escolas de pensamento e sistemas económicos alternativos. Quanto à demarcação em relação às escolas de Engenharia, esta seguia uma lógica algo diferente, uma vez que se estribava fundamentalmente num aspecto de nível ou grau – tendo os licenciados em Economia uma carga lectiva consideravelmente mais pesada ao nível das componentes que partilhavam com os Engenheiros¹⁴.

Ora apesar das diferenças existentes entre o ISCEF e a FEP – nomeadamente devidas ao facto de que a primeira destas escolas podia apostar numa especialização relativa dos seus alunos através da existência de duas licenciaturas – da comparação dos respectivos planos de estudos parece resultar a existência de um certo consenso institucional, que se irá manter até finais dos anos 60, relativamente ao perfil curricular adequado à produção de Economistas. No entanto, o facto é que continuavam a existir dúvidas e polémicas. Desde logo, a Contabilidade merecia reparos e inclusivamente alguns comentários mais acintosos, havendo «quem considerasse desprestigiante para o ensino superior que a Contabilidade figurasse entre as cadeiras professadas na Universidade Técnica» (Gonçalves da Silva:1952,12). E, por outro lado, encontramos discussões sobre a definição do que seria o perfil académico e profissional próprio a um economista. Neste plano, e fazendo uso de

¹² No caso da Engenharia, a já referida obra de Maria de Lurdes Rodrigues (1999:137) regista o desabafo de João Roma, em 1947, relativamente aos efeitos avassaladores da «pletora de engenheiros universitários» sobre o mercado de trabalho.

¹³ Veja-se *infra* o quadro com a estrutura curricular das licenciaturas em Economia e Finanças, no período 1949-1968.

¹⁴ Teoria Económica, Contabilidade e Organização de Empresas (Cfr. Francisco Lino Netto: 1948,10). De notar que o diferente peso relativo destas disciplinas nas duas formações só se torna mais claro justamente a partir da reforma de 1949.

alguns dos textos produzidos por Manuel Jacinto Nunes¹⁵, é possível identificar algumas das questões colocadas precisamente nos finais dos anos sessenta.

Aqui, e diga-se que sem lugar a surpresas, aparecem fundamentalmente duas questões. A primeira, de índole fundamentalmente curricular, aponta para a oportunidade de se efectivar uma crescente diferenciação entre a matriz jurídica original e a especificidade própria a uma formação relativamente autónoma. Para além de outros argumentos, julgamos que importa destacar a especificidade que decorre do aprofundamento da componente matemática, o que por si só afastava a possibilidade de os juristas continuarem a adquirir uma formação de nível superior na área económica. E, por outro lado, chamava-se a atenção para a complexidade e ramificação crescente dos estudos económicos, tornando cada vez menos aceitável a presunção da efectividade prática baseada num conhecimento generalista. Separavam-se assim as águas, uma vez que os juristas se deveriam quedar por um tipo de estudo suficiente para lhes permitir apreciar o impacto das grandes orientações doutrinárias (história das ideias e sistemas de economia política) e da evolução das estruturas económicas sobre a sociedade (concorrência, monopólio) e o seu ordenamento jurídico. Quanto aos economistas, ficar-lhes-ia reservado o papel de levarem a cabo o estudo aprofundado e minucioso do funcionamento dessas mesmas estruturas, nomeadamente através do recurso às modernas metodologias de investigação científica.

Em segundo lugar, aparece a questão da própria dinâmica profissional e ocupacional. A este nível, o que de mais interessante aparece é a preocupação de elencar, actualizando e especificando um pouco melhor, as grandes áreas de actuação que devem ser por alguma forma ocupadas pelos licenciados em Economia – a elaboração e a execução da política económica e a administração de empresas públicas e privadas (Jacinto Nunes:1965,22). Considerando a possível desagregação destas duas áreas, verifica-se que a abordagem proposta por Manuel Jacinto Nunes aponta para a possibilidade da «actividade do economista [poder vir a] ser exercida nos mais variados sectores: no Estado e nos organismos para-estatais, no ensino, na investigação oficial ou privada, na indústria, nos bancos, nos organismos internacionais, etc.» (1965:17). Ou seja, esta abordagem aponta para a necessidade de institucionalizar uma formação híbrida: por um lado, aos estudos de política

¹⁵ Jacinto Nunes (1965 e 1968).

económica dever-se-iam juntar os da Sociologia, Teoria Política, e Direito, por forma a constituir uma elite de Economistas capazes de desenvolver a sua actividade no «exercício de funções públicas elevadas» (1968:12); por outro, «a microeconomia, a posição da empresa na economia, a estrutura interna e o funcionamento da empresa, as técnicas de previsão, controle e avaliação de resultados, análise de mercados, contabilidade, etc.» (1965:26), para garantir a necessária competência técnica e teórica dos economistas destinados a actuar no plano da «procura de uma maior economicidade» (1965:11).

3. Percursos profissionais.

A efectiva concretização do quadro ocupacional acima referido escapava naturalmente à Universidade enquanto tal. Para além das resistências colocadas pelos outros licenciados (Direito, Engenharia, etc.), havia igualmente uma dinâmica própria aos sectores em que os Economistas desejavam penetrar. E, se no Estado e organismos para-estatais era relativamente mais fácil conquistar um espaço através da promulgação de reservas legais de competências, já ao nível do tecido empresarial era necessária uma componente mais forte de adesão por parte dos empresários.

A participação dos economistas da FEP na vida das empresas parece ter sido algo limitada, e com dificuldade de afirmação durante as primeiras décadas. Ainda mais lenta se terá revelado a desejada afirmação de uma *elite* capaz de actuar no âmbito de outras organizações. Esta situação parece poder explicar-se por um conjunto de aspectos onde se combinam a natureza do tecido empresarial da região – com o predomínio de pequenas e médias empresas de forte componente familiar, onde nos anos cinquenta e sessenta parecia desnecessário contratar quadros com formação universitária¹⁶; as limitações inerentes ao lento evoluir da economia portuguesa no seu conjunto – com a relativa escassez inicial de organizações mais vastas e complexas capazes de absorver uma *élite* regional entretanto formada; e, finalmente o tempo necessário de afirmação — tanto do ponto de vista da qualificação especificamente profissional como até de reconhecimento social — de uma categoria

¹⁶ Em concorrência aliás com quadros já existentes, isto é, juristas e engenheiros. Para satisfazer esta procura, bastaria formar os herdeiros, o que é significativamente diverso de uma procura sustentada de quadros com formação na área das ciências económico-empresariais.

profissional, dependente do progresso na carreira das primeiras gerações de licenciados¹⁷.

Numa primeira análise, destacam-se dois aspectos marcantes nos percursos profissionais das primeiras gerações de economistas da FEP. Até meados da década de sessenta, a forte componente de Contabilidade e Direito (análoga à dos licenciados em Finanças do ISCEF) constituiu o principal esteio de afirmação profissional, embora não necessariamente na qualidade de quadros de empresas. A gestão das pequenas e médias empresas continuava obviamente reservada aos respectivos patrões, e a assessoria da gestão das empresas maiores continuava maioritariamente confiada aos juristas e aos engenheiros. Mesmo sob o impacto da Reforma Fiscal de 1962, a procura adicional que se fez sentir foi sobretudo no plano da contratação de ‘contabilistas’, eventualmente *doublés* de economistas.

Porém, quando considerada nas suas diferentes gradações – indo desde o exercício de profissão liberal elaborando a contabilidade de pequenas e médias empresas de modo mais ou menos avulso, até à constituição de gabinetes de contabilidade e auditoria, ou à integração como quadros em empresas de maior dimensão – vários licenciados da FEP acabaram por assumir posições chave nos sectores de contabilidade e finanças de toda a região Norte, abrangendo desde as pequenas até às grandes empresas. Paralelamente, registou-se uma entrada gradual nos quadros da administração tributária¹⁸.

Uma nova linha de afirmação, agora a partir de meados da década de sessenta, está ligada com a possibilidade de integração no sistema bancário, nomeadamente nos casos do Banco Borges e Irmão¹⁹, Pinto de Magalhães e Português do Atlântico, todos eles sediados no Porto.

Como seria de esperar, também aqui podemos encontrar carreiras diferenciadas, merecendo o gabinete de estudos do Banco Português do Atlântico lugar especial, pela influência das análises difundidas no Boletim de Conjuntura, e talvez sobretudo pelo efeito de *escola de post graduação* por onde começaram a passar vários dos licenciados que mais tarde prosseguiriam carreiras brilhantes na política e nas

¹⁷ Veja-se a ambiguidade e mesmo as dificuldades em estabelecer um consenso formal sobre a designação a dar aos licenciados (Caetano Beirão da Veiga), e o esforço profundo de reorganização que nos finais dos anos quarenta António Pinto Barbosa desenvolvera no ISCEF.

¹⁸ Ver Pinheiro Pinto & Jesus (1999, mimeo).

empresas, públicas e privadas.²⁰ Desta forma, a formação ministrada na FEP obteve uma importante certificação técnica – e em grande medida também política. Ora, dada a importância crescente do sector bancário na economia portuguesa, tal certificação veio reforçar a credibilidade profissional dos licenciados da FEP junto das empresas²¹.

Como referia em entrevista Artur Santos Silva -- jurista formado em Coimbra -- recordando o banco para onde entrara em Abril de 1967: “Em 1968, o BPA era um banco muito moderno para o seu tempo. Tinha o melhor núcleo de quadros do sistema financeiro e um ambiente de trabalho excepcional. O BPA, 40 anos depois de constituído era o maior banco português. Dos bancos que nasceram no Porto foi o único que adquiriu uma forte projecção nacional.”²² Os economistas da FEP desempenharam um papel importante – e beneficiaram igualmente – nesse sucesso, numa altura em que juristas como Carlos da Câmara Pestana, Vasco Vieira de Almeida e o próprio Artur Santos Silva eram escolhidos para lugares de direcção. Portanto, a actuação dos economistas debaixo da direcção dos juristas, acabava assim por facilitar e fomentar a gradual ascensão profissional dos primeiros, passando alguns deles gradualmente do estatuto de *meros* quadros técnicos confiáveis a dirigentes – a tal *elite* – verdadeiros e de pleno direito.

Por outro lado, a empregabilidade dos economistas da FEP nas empresas também foi sensivelmente aumentada a partir do momento em que se conjugaram vários efeitos parcelares: a visibilidade e o prestígio crescentes dos que ocupavam lugares na banca e nas grandes empresas, um factor de emulação entre os próprios empresários, e finalmente a pressão dos próprios economistas no sentido de serem constituídas equipas competentes no seus locais de trabalho – o que em princípio obrigava a proceder à contratação de jovens licenciados em Economia.

¹⁹ Inicialmente, 1965, foi criado um Gabinete de Estudos em Lisboa, extensível ao Porto a partir de 1967 (cfr. Entrevista a Manuel Duarte Baganha, 13/9/2000).

²⁰ Miguel Cadilhe, futuro Ministro das Finanças (1985-90), foi director do Gabinete de Estudos Económicos do BPA; vd. “O diplomata dos milhões”, *Visão*, 31/10/2002, p. 133.

²¹ A influência da banca sobre o processo de modernização das empresas fez-se sentir aos mais variados níveis, desde as exigências que passou a fazer quanto à concessão de crédito (recolha de informação contabilística, Central de Balanços) até ao fornecimento de informações macroeconómicas. Como é óbvio, qualquer destas pressões foi favorável aos economistas, uma vez que levavam as empresas a recorrer com maior frequência aos seus serviços.

²² “A minha história: Artur Santos Silva” *Ideias & Negócios* 47 (Maio 2002), pp. 39-40.

Na ausência de um estudo mais detalhado dos padrões de carreira prosseguidos ao longo do tempo pelos licenciados da FEP, que indicações podemos avançar?

De acordo com os dados que de momento dispomos, podemos por um lado assegurar o aumento sustentado de estudantes em Economia na FEP, mais que decuplicando nos primeiro dez anos da sua existência, e caminhando vinte anos depois para valores da ordem dos dois mil alunos²³. E, quanto ao perfil ocupacional e facilidade em encontrar emprego, dispomos dos valores que a seguir se apresentam.

Finalmente, dispomos das ilações que, graças à disponibilidade manifestada pelo Dr. Manuel Duarte Baganha para nos relatar o seu percurso pessoal, podemos construir a partir de um estudo de caso.

A este nível, importa distinguir entre os traços curriculares que nos parecem generalizáveis, e aqueles que são mais claramente ideossincráticos. Quanto aos primeiros, teremos:

- frequência prévia do Curso Complementar do Comércio
- início da actividade profissional prévia à entrada na FEP
- ascensão profissional na sequência da licenciatura
- progressão profissional a partir da entrada numa empresa de grande dimensão
- esforços pontuais de actualização formal de competências (INSEAD)
- diversificação da actividade (profissional liberal, consultor)

Quanto aos mais idiossincráticos:

- manutenção de uma carreira paralela como docente na FEP
- capacidade directa de intervenção (feed-back) na orientação da FEP e ISEE
- nível significativo de intervenção cívica

²³ Valores próximos dos actuais, que actualmente se repartem pelas licenciaturas de Economia e Gestão.

FEP - ANOS LECTIVOS 1994-95 a 1998-99²⁴

Data de início da primeira actividade profissional

Intervalos de Tempo / Resultados	Antes da conclusão ou menos de três meses após a conclusão	Menos de 6 meses após a conclusão	Menos de 12 meses após a conclusão	12 ou mais meses após a conclusão	Ainda não foi iniciada nesta data
Total					
N.º	445	76	42	13	9
%	76,1	13,0	7,2	2,2	1,5
Sexo					
Masculino	80,4	12,0	4,4	1,6	1,6
Feminino	73,0	13,7	9,2	2,7	1,5
Licenciatura					
Economia	72,8	14,3	8,6	2,9	1,5
Gestão	87,6	8,5	2,3	0,0	1,6
Ano de Conclusão					
1994-95	70,0	15,6	10,0	3,3	1,1
1995-96	76,9	12,0	8,3	2,8	0,0
1996-97	74,3	12,1	9,3	3,6	0,7
1997-98	76,3	14,5	6,1	1,5	1,5
1998-99	81,9	11,2	2,6	0,0	4,3
Média					
10-11 valores	72,3	9,2	9,2	5,7	3,5
12-13 valores	75,5	15,1	7,7	1,3	0,3
14-15 valores	78,0	14,2	4,7	0,8	2,4
≥16 valores	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0

²⁴ Dados compilados pelo responsável pelo Gabinete de Apoio ao Aluno da FEP, Prof. Dr. Octávio Figueiredo.

Sector de actividade económica da primeira actividade profissional

Sectores / Resultados	Agricultura, Silvicultura e Pescas	Indústrias Extractivas	Indústrias Transformadoras	Electricidade, Gás e Água	Construção e Obras Públicas	Serviços
Total						
N.º	1	0	89	4	9	473
%	0,2	0,0	15,5	0,7	1,6	82,1
Sexo						
Masculino	0,0	0,0	18,0	0,4	1,2	80,4
Feminino	0,3	0,0	13,6	0,9	1,8	83,4
Licenciatura						
Economia	0,2	0,0	13,4	0,9	1,6	84,0
Gestão	0,0	0,0	22,8	0,0	1,6	75,6
Ano de Conclusão						
1994-95	0,0	0,0	12,4	0,0	3,4	84,3
1995-96	0,0	0,0	15,7	1,9	0,9	81,5
1996-97	0,0	0,0	20,9	0,0	1,4	77,7
1997-98	0,0	0,0	13,2	1,6	1,6	83,7
1998-99	0,9	0,0	13,5	0,0	0,9	84,7
Média						
10-11 valores	0,0	0,0	18,4	0,7	2,9	77,9
12-13 valores	0,3	0,0	16,4	1,0	1,3	80,9
14-15 valores	0,0	0,0	11,3	0,0	0,8	87,9
≥16 valores	0,0	0,0	5,6	0,0	0,0	94,4

Subsector de actividade económica da primeira actividade profissional (Serviços)

Subsectores / Resultados	Comércio, Restauração e Hotelaria	Transportes, Armazenagem e Comunicações	Bancos, Outras Instit. Monet. e Financeiras e Seguros	Operações s/ Imóveis e Serviços Prestados às Empresas	Serviços Prestados Colectividade e (componente pública)	Serviços Prestados Colectividade e (componente privada)
Total						
N.º	71	24	181	92	47	58
%	15,0	5,1	38,3	19,5	9,9	12,3
Sexo						
Masculino	17,3	4,1	42,6	17,8	7,6	10,7
Feminino	13,4	5,8	35,1	20,7	11,6	13,4
Licenciatura						
Economia	13,5	5,0	39,5	18,3	11,4	12,2
Gestão	20,8	5,2	33,3	24,0	4,2	12,5
Ano de Conclusão						
1994-95	16,0	1,3	50,7	16,0	6,7	9,3
1995-96	18,2	4,5	38,6	17,0	6,8	14,8
1996-97	17,6	2,8	31,5	25,0	13,0	10,2
1997-98	14,8	6,5	32,4	19,4	11,1	15,7
1998-99	8,5	9,6	42,6	18,1	10,6	10,6
Média						
10-11 valores	17,0	5,7	32,1	20,8	14,2	10,4
12-13 valores	17,0	6,2	34,4	19,9	7,5	14,9
14-15 valores	10,1	2,8	47,7	18,3	11,9	9,2
≥16 valores	5,9	0,0	70,6	11,8	5,9	5,9

Estrutura Curricular das Licenciaturas em Economia e Finanças, 1949-1968

Licenciatura em Economia ISCEF 1949						Licenciatura em Finanças ISCEF 1949						Licenciatura em Economia FEP 1953					
	Direito	Contab	Mat.	Econo.	Total		Direito	Contab	Mat.	Econo.	Total		Direito	Contab	Mat.	Econo.	Total
1º ano	2	2	2	4	10	1º ano	2	2	2	4	10	1º ano	2	-	2	4	8
2º ano	2	2	2	4	10	2º ano	2	2	2	4	10	2º ano	2	-	2	4	8
3º ano	4	2	2	2	10	3º ano	4	2	2	2	10	3º ano	2	2	2	2	8
4º ano	2	-	1	7	10	4º ano	3	4	-	2	9	4º ano	2	2	1	3	8
5º ano	1	1	-	6	8	5º ano	-	6	-	2	8	5º ano	2	-	-	6	8
Total	11	7	7	23	48	Total	11	16	6	14	47	Total	10	4	7	19	40
%	22,9	14,6	14,6	47,9	100,0	%	23,4	34,0	12,8	29,8	100,0	%	25,0	10,0	17,5	47,5	100,0

Licenciatura em Economia ISCEF 1967						Licenciatura em Finanças ISCEF 1967						Licenciatura em Economia FEP 1968					
	Direito	Contab	Mat.	Econo.	Total		Direito	Contab	Mat.	Econo.	Total		Direito	Contab	Mat.	Econo.	Total
1º ano	2	2	2	4	10	1º ano	2	2	2	4	10	1º ano	2	2	2	4	10
2º ano	2	2	2	4	10	2º ano	2	2	2	4	10	2º ano	2	2	2	4	10
3º ano	4	2	2	2	10	3º ano	4	2	2	2	10	3º ano	2	2	2	2	8
4º ano	2	-	1	7	10	4º ano	3	2	-	4	9	4º ano	2	2	1	4	9
5º ano	-	1	-	7	8	5º ano	-	7	-	2	9	5º ano	2	1	-	6	9
Total	10	7	7	24	48	Total	11	15	6	16	48	Total	10	9	7	20	46
%	20,8	14,6	14,6	50,0	100,0	%	22,9	31,3	12,5	33,3	100,0	%	21,7	19,6	15,2	43,5	100,0

Fontes: Decreto-Lei nº 37 584 de 17/10/1949, Decreto-Lei nº 39226 de 28/5/1953, Decreto-Lei nº 48626 de 12/10/1968, António Farinha Portela “A Evolução Histórica do Ensino das Ciências Económicas em Portugal”, in *A Universidade na Vida Portuguesa*, A.S.Nunes (org.), Lisboa, GIS, 1969, Vol.II, pp. 358-59.

Percurso M.D. Baganha

1922/Dez/5 Nascimento

1939 Conclusão do Curso Complementar do Comércio

1939/61 Empregado por conta de outrém, empresas privadas, do sector industrial; áreas contabilística, comercial e administração geral

1953/58 Frequência do Curso de Economia, FEP

1961/72 Director Geral em importante empresa industrial, áreas financeira, organização e administração geral

1961/74 1978/93 Docente na FEP

1967 -> Consultor de empresas do sector industrial

1967/75 Consultor do Banco Borges e Irmão, economia empresarial

1971 Frequência do Advanced Management Program, INSEAD

1972 -> Consultor de empresas, profissional independente, áreas económica, financeira e organizacional: empresas do sector privado/público, departamentos governamentais, e outras entidades

1974/76 Presidente do Conselho Directivo da Câmara de Oficiais Revisores de Contas

1976/78 Membro do Grupo de Trabalho constituído para reorganização do sector de exploração de ardósia, Ministério da Indústria

1976/80 Coordenador do Grupo de Trabalho encarregado dos estudos preparatórios so processo de indemnização aos ex-titulares das empresas nacionalizadas em 1975/76, Ministério das Finanças

1977 -> Revisor Oficial de Contas

1977/78 Membro da Comissão de Reestruturação FEP

1977/85 Presidente da Comissão de Fiscalização do Banco Borges e Irmão

1978/81 Consultor do Banco Português da Atlântico, na área de análise de empresas Direcção de Estudos Económicos

1979/82 Docente da Faculdade de Economia, Universidade Nova Lx, regime de cooperação com UP

1985/92 Presidente do Conselho Directivo da FEP

1989 -> Direcção do Instituto Superior de Estudos Empresariais, UP

1990/2001 Presidente da Assembleia Municipal do Porto

1993/1999 Docente do Centro Regional do Porto, Universidade Católica

1995 -> Presidente da Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Economia, Univ Públicas + UCatólica

Fonte: *Curricula vitae*, M.D. Baganha, Fev. 1996, Set. 1995, Nov. 1993, Set. 1980.